

INTUITIO

PPGFiL/UFFS | e-ISSN 1983-4012

DOI: <https://doi.org/10.29327/2318183.16.2-3>

SEÇÃO: GOVERNAMENTALIDADE(S) E NOVAS TECNOLOGIAS DE GESTÃO DA VIDA

GOVERNAMENTALIDADE COMO FERRAMENTA ANALÍTICA E A EDUCAÇÃO *Governmentality as an analytical tool and education*

Odair Neitzel¹

<https://orcid.org/0000-0001-8121-1149>

odair.neitzel@uffs.edu.br

Camila Pelegrini²

<https://orcid.org/0000-0003-1086-8738>

camilawpelegrini19@gmail.com

Resumo: O ensaio a seguir emerge de uma minuciosa pesquisa bibliográfica com uma abordagem hermenêutica e analítica. O cerne desta investigação reside na temática da governamentalidade e sua representação na obra de Michel Foucault intitulada *Segurança, Território e População*. Nosso objetivo principal é reconstruir a concepção de governamentalidade, destacando-a como uma ferramenta analítica empregada por Foucault para esclarecer a evolução da modalidade de governo, que transita de um poder pastoral para um poder governamental de gestão através de dispositivos que regulam a população através da gestão do meio. Ademais, este ensaio se propõe a demonstrar como a categoria de governamentalidade pode ser aplicada para compreender a educação como um dispositivo de gestão populacional. Neste contexto, a educação se configura como uma modalidade de gestão que se alinha com a lógica neoliberal.

Palavras-chave: Foucault. Dispositivos. Neoliberalismo. Educação. População.

Abstract: The following essay emerges from a meticulous bibliographic research with a hermeneutic and analytical approach. The core of this investigation revolves around the theme of governmentality and its representation in Michel Foucault's work entitled "Security, Territory, and Population." Our primary objective is to reconstruct the concept of governmentality, highlighting it as an analytical tool employed by Foucault to elucidate the evolution of the mode of governance, transitioning from a pastoral power to a governmental power of management through devices that regulate the population by means of middle-ground governance. Furthermore, this essay aims to demonstrate how the category of governmentality can be applied to comprehend education as a population management device. In this context, education takes shape as a mode of management aligned with neoliberal logic.

Keywords: Foucault. Devices. Neoliberalism. Education. Population.

1 Introdução

¹ Doutor em Educação pela UPF com estágio na UNIKassel - Alemanha; Docente do Magistério Superior na UFFS - Campus Chapecó - SC, vinculado ao PPGE/PPGFIL; Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Filosofia e Sociedade – GPEFS.

² Mestre em Educação pela UFFS; Professora da Rede Estadual de Educação Básica de SC.

É desafiador mensurar o impacto de Foucault como um pensador cujas obras têm sido amplamente lidas e empregadas como referência para embasar pesquisas e investigar questões em diversas áreas do conhecimento. Suas influências são notáveis, repercutindo não apenas em campos como da educação e seus diversos subcampos, mas também na saúde, medicina, psiquiatria, direito, política, entre outros. Isso naturalmente levanta questionamentos sobre o motivo pelo qual tantas pesquisas têm utilizado Foucault como referencial teórico.

Podemos abordar essa questão de duas perspectivas. Primeiramente, há o reconhecimento dos resultados das próprias investigações de Foucault e dos saberes gerados por seu método arqueogenalógico de pesquisa. Contudo, o sucesso desse referencial se deve principalmente à maneira como sua investigação ofereceu uma abordagem alternativa na produção do conhecimento, a qual transcende várias áreas de saber, abarcando especialmente aquelas relacionadas à complexidade da experiência humana. Em outras palavras, Foucault não busca encontrar uma verdade única e última que possa servir como resposta definitiva para os dilemas que enfrentamos. Em vez disso, ele nos fornece um modo de compreender como tais questionamentos são construídos e moldados.

Metaforicamente falando, Foucault não nos apresenta apenas uma janela para interpretar o mundo; ele nos oferece um método de reflexão sobre como essa janela enquadra o mundo ou delimita nosso campo de visão. Sua abordagem se concentra em compreender os regimes de verdade, intrinsecamente conectados a saberes e poderes, que estruturam uma ordem discursiva e orientam nossas concepções de mundo.

Sob a influência de Foucault, que desbravou profundamente o domínio das discussões acerca da modalidade das formas de governança e dos modos pelos quais modelos de governamentalidade se estabelecem. Estes estudos são aplicados em diversas abordagens analíticas, buscando compreender a configuração da gestão em variados contextos, abrangendo desde a esfera do Estado moderno até a administração escolar. De fato, Foucault defende que tais conceitos devem operar como ferramentas conceituais ou instrumentos analíticos (Kroetz; Ferrano, 2019; Noguera-Ramirez, 2011; Veiga-Neto, 2007). Diante desse panorama, a indagação que se nos apresenta é a seguinte: Como é definido governamentalidade por Foucault no Curso *Segurança, território e população* e como pode

enriquecer nossa compreensão das dinâmicas de poder, controle e administração em diversas esferas da sociedade como da educação?

A teorização foucaultiana sobre a governamentalidade ou seu uso como conceito-ferramenta está presente em diversas discussões. Não cabe aqui um estado da arte do tema, mas brevemente mostrar como em diferentes áreas e pesquisa o conceito tem disso empregado. É o caso de Odair Camati (2015), que busca compreender como o conceito é formulado para dar conta de compreender a razão de Estado proposta por Foucault na transição do governo das almas ou poder pastoral para o governo, a partir de renovadas técnicas de gestão política da sociedade. Kroetz e Ferrano (2019), por exemplo, recorrem ao conceito de governamentalidade, abordando-o como uma ferramenta analítica para investigações em educação. Já Dorginal Gonçalves Fernandes (2018) utiliza o conceito em perspectiva da antropologia social em conjunto com outros conceitos foucaultianos para analisar o contexto de constituição das juventudes juvenis em nosso tempo. Colin Gordon (2013) apresenta uma revisão teórica ocupando-se em investigar como o conceito de governamentalidade foi concebido genealogicamente por Foucault e argumenta sobre como esse conceito pode auxiliar na compreensão do contexto político atual, propondo também uma agenda de pesquisa para ampliar e avançar as formulações de Foucault. Além disso, destaca-se o artigo de Kamila Lockmann (2020), que utiliza o conceito de governamentalidade sob uma perspectiva na qual o conceito se apresenta de forma mais potente, analisando-o sob o viés do neoliberalismo e caracterizando-o como fascista, para examinar como essa lógica tem restringido o direito fundamental de acesso à educação.

Nesta breve revisão, gostaríamos ainda de registrar o livro de Noguera-Ramirez (2011), que utiliza o conceito de governamentalidade em conjunto com a pedagogia para reconstruir arqueologicamente como se construiu um discurso de uma sociedade educativa na modernidade. Também no contexto do pensamento pedagógico germânico, a influência do conceito de governamentalidade de Foucault é significativa em trabalhos como de Riken e Liesner (2008), que organizam uma coletânea de textos que se propõem a pensar, a partir do conceito de governamentalidade, a relação entre formação (*Bildung*) e poder (*Macht*).

Há um conjunto diversificado de trabalhos que utilizam o conceito de governamentalidade como categoria analítica para embasar várias pesquisas com diferentes

objetos de estudo. Nossa intenção é contribuir para esse debate, buscando reconstruir especificamente o conceito de governamentalidade como apresentado no curso *Segurança território e população*, a partir do conjunto de elementos como de meio, população e dispositivo. Esses conceitos são fundamentais para uma compreensão adequada da governamentalidade, uma vez que são constitutivos dessa teoria de governamentalização. Esse esforço nos ajudará a compreender em que perspectiva o conceito é construído e porque ele é tão poderoso. Acreditamos que essa abordagem pode esclarecer como Foucault emprega o conceito e fortalecer seu uso como uma ferramenta analítica em pesquisas que buscam compreender como os processos de gestão de grupos e espaços sociais são organizados.

Nossa investigação terá como referências principais a já referida obra de Foucault, cotejada com as obras de Santiago Castro-Gomes (2010). Ao final do ensaio, teceremos algumas considerações para o campo educacional sustentados em Sylvio Gadelha (2013), Haroldo de Resende (2018), Dardot e Laval (2016; 2019). Primeiramente, conduziremos uma reconstrução dos conceitos de governamentalidade, população, meio e dispositivo. Posteriormente, buscaremos elaborar algumas reflexões a partir desses conceitos.

2 Governamentalidade: a população, o meio e os dispositivos

A reflexão acerca da arte de governar os seres humanos tem sido um tema de profundo interesse para uma série de filósofos ao longo da história da filosofia política. A discussão sobre como dirigir e influenciar as ações das pessoas começou com os sofistas, que perceberam a suscetibilidade das pessoas ao governo de outros e a possibilidade de guiar suas ações por meio do uso habilidoso da retórica. Jaeger (1995) destaca como as assembleias públicas e a arte retórica se tornaram um instrumento decisivo nas mãos dos estadistas. Kant (1999) também reconheceu a complexidade da arte de governar, afirmando que, das ocupações humanas, as duas mais difíceis são a arte de governar e de educar.

Genericamente governar, seja a si mesmo ou aos outros, refere-se à governação ou a arte da governança. Etimologicamente, a palavra deriva do latim *gubernare*, com *gubernator* denotando o líder ou governante que exerce essa ação. Essa raiz latina pode ser rastreada até o grego *ybernan* (*κυβερνήτης*) e metaforicamente remete ao timoneiro ou aquele com a habilidade de dirigir e orientar o leme de um navio. Em alemão emprega-se o termo *Regierung* (governo), aparecendo desta forma inicialmente na Alta Idade Média com o

sentido de orientar e dirigir, evoluindo posteriormente para condução. O conceito de *Regierung* corresponde ao termo *government* em inglês e *gouvernement* em francês.

Uma mudança significativa na compreensão da arte de governar ocorreu na modernidade, como demonstra Michel Foucault (2008) em suas investigações arqueogenealógicas. Foucault observou que houve uma transição de um governo baseado no poder de morte ou do poder de soberania para um governo centrado na promoção da vida ou da governamentalidade. Esse conceito que num primeiro plano pode ser aplicado na compreensão da gestão política de uma população, transcende este âmbito e tornou-se uma poderosa ferramenta analítica em diversas áreas do conhecimento permitindo compreender uma variedade de mecanismos de poder em diversos campos de saber. O fato é que governar passou a ser entendido como uma prática discursiva de gerenciar uma população por meio de dispositivos que incluíam a educação, sistema de policiamento, políticas de saneamento e cuidados médicos, entre outros.

Castro-Gómez (2010) analisou o projeto foucaultiano em *Segurança, Território e População*, observando que a governança, desde o século XVII, envolve a articulação de um aparato de conhecimento como um aparato de governo. O ato de governar não se limitava mais à questão jurídica da soberania, mas sim aos fenômenos que precisam ser governados e ao tipo de conhecimento apropriado para esses fenômenos. Surge a figura do “político”, dotado de competências específicas, para assessorar o soberano, o qual não se baseia mais apenas em teólogos, filósofos ou juristas, mas também em funcionários com conhecimentos práticos, análises e técnicas de medição e estatística.

Toda essa mudança é apresentada por Foucault em 1978 no curso *Segurança, Território e População* sob o conceito de governamentalidade. Seu projeto era realizar uma genealogia da história da governamentalidade, rastreando a emergência de uma racionalidade política centrada em “*la gestión de las poblaciones a través del saber económico bajo el instrumentos técnicos de los dispositivos de seguridad*” (Castro-Gómez, 2010, p. 93). Esse poder de governamentalidade é contraposto a uma lógica de governança denominada por Foucault de *poder pastoral* e que permeou as formas tradicionais de governo, no qual o poder se exercia sobre indivíduos por meio de técnicas como a confissão. Na modernidade, esse modelo é progressivamente substituído pelo governo da população, com a construção de dispositivos de gestão e segurança social, ao “*incorporar una serie de*

tecnologías de conducción de la conducta propias del pastorado: la higiene, la educación, el cuidado de la familia, el uso del tiempo libre, la disciplina corporal, el control de la sexualidad, la conducción de sí mismos, etc.” (Castro-Gómez, 2010, p. 112–113).

Essa mudança não se limitava apenas à evolução das técnicas de governo; está intrinsecamente ligada ao surgimento de uma “nova ordem do saber” como indicou Foucault (2016) em *As Palavras e as Coisas*. Castro-Gomes (2010, p. 113) afirma que este modelo de governança representou uma transformação capital na maneira como entendemos e praticamos a arte gerir a vida humana, marcando um ponto de emergência significativo na história do poder e do conhecimento.

Importante destacar que a governamentalidade não é exatamente um modelo governamental como o neoliberalismo, mas é um conceito analítico, que permite compreender como operam lógicas de poder, como por exemplo, do neoliberalismo, como demonstrado por Foucault (2022) em *O nascimento da biopolítica*. Através deste conceito o pensador irá demonstrar como diferem as práticas do poder soberano, que envolvem comandar, fazer leis ou legislar, e o poder biopolítico, que se concentra em operacionalizar o poder por meio de meios distintos, como treinamento e dispositivos específicos.

Para compreender mais profundamente a governamentalidade, Foucault investiga as instituições que moldam essa relação entre Estado e população. Foucault argumenta que uma arqueogenealogia dos elementos constitutivos do poder de governamentalidade envolve a análise de “toda uma rede de alianças de comunicação, de pontos de apoio”. Ou seja, significa “passar por fora da instituição para substituí-la pelo ponto de vista global da tecnologia de poder” (Foucault, 2008, p. 157).

Além disso, é crucial perceber como o poder não opera predominantemente por meio do exercício do poder soberano, mas sim por meio do desempenho de funções específicas. Essas funções são realizadas por meio de dispositivos de poder, que são exemplificados por Foucault em instituições sociais como prisões, hospitais, manicômios, escolas e no âmbito da sexualidade. Essas instituições são construídas com funções idealizadas, criando expectativas na população sobre seu funcionamento e propósito, o que de fato nem sempre se efetiva.

No entanto, essas instituições não se limitam a preencher suas funções internas de maneira idealizada. Elas desempenham funções que se estendem para além de suas tarefas

primárias, inscrevendo-se em estratégias e táticas que se apoiam até mesmo nos próprios déficits funcionais (Foucault, 2008, p. 158).

A governamentalidade pode ser compreendida como uma tecnologia de governo da população, que não está estritamente relacionada à institucionalização do Estado, mas sim ao modo como o governo é exercido e operacionalizado. Foucault utiliza a metáfora do timoneiro para ilustrar a distinção entre o poder soberano e o poder de governamentalidade, comparando a cidade a um navio. No poder soberano, o rei é o timoneiro que governa o navio, enquanto no poder de governamentalidade, são os “marujos” (a população) que são governados e, através deles, o próprio “navio” (a sociedade).

Essas reflexões mais aprofundadas sobre a governamentalidade podem ser encontradas no curso de Foucault intitulado *Segurança, Território e População*. Nesse curso, Foucault explora elementos fundamentais que moldaram o surgimento da governamentalidade moderna, incluindo mecanismos de segurança, o meio e a população. Essas ideias influenciaram amplamente a forma como diferentes contextos, como o Estado alemão de Bismarck, o *New Deal* nos Estados Unidos, o bem-estar britânico pós-guerra e os desenvolvimentos políticos em outras regiões, lidaram com questões sociais e populacionais (Castro-Gómez, 2010).

Foucault explora o tema da governamentalidade reconstruindo a noção de mecanismos de segurança, destacando como eles representam uma técnica de poder distinta do poder soberano. Para ilustrar essa distinção, ele recorre a duas regras penais simples: “não matarás” e “não roubarás”. Observa como essas regras se desdobram em penas subsequentes, como enforcamento, exílio ou multa, dependendo da gravidade do crime. Essa relação entre a lei e punição num primeiro momento é a superfície de modulação e emergência do poder de governamentalidade do Estado moderno.

Uma segunda camada de modulação dessas leis e punições é encontrada nos diferentes modos de restituição, como a prisão, o trabalho forçado, a moralização e a correção, entre outras formas de punição. Na terceira camada de modulação encontramos os elementos mais sofisticados da governamentalidade, que se manifestam por meio de práticas de prevenção, educação, punição corretiva, estatísticas, controle e assim por diante.

Essas práticas, segundo Foucault, se baseiam na obtenção de dados, métricas e estudos sobre os impactos, no caso, dos crimes. Ações e políticas governamentais são

realizadas a partir de questões como: qual é o custo social de determinado crime? Quanto a repressão a esse crime custa? Vale a pena punir o culpado? Quanto custaria essa punição? Como reeducar o infrator? Essas perguntas revelam uma mudança de paradigma, onde o foco não está mais apenas no que é permitido e proibido, mas no que é considerado aceitável ou ótimo em termos de perdas e ganhos, e nos limites toleráveis para o que é legal.

Nesse contexto, surgem os dispositivos de segurança como instrumentos-chave na governamentalidade. Eles permitem que o poder de governo seja enquadrado em cálculos de custo, não apenas no que diz respeito às leis, mas também às estratégias de aplicação das penas. Essa abordagem representa uma mudança na gestão, movendo-se do governo direto da cidade ou território para o governo da população, e através dela, da própria cidade (Foucault, 2008, p. 7-8).

O sistema penal, por exemplo, deixa de ser apenas punitivo e passa a ser probabilístico. Considera-se a periculosidade, a probabilidade de reincidência e a gravidade do crime ao decidir sobre a punição. Mecanismos de segurança, de probabilidade e prevenção entram em cena, e o sistema prisional deixa de ser apenas uma correção individual para se tornar um dispositivo de controle da população, moldando comportamentos e a percepção de que os criminosos estão sob controle.

Foucault observa que os mecanismos de segurança já estavam presentes no “interior do código jurídico-legal” (Foucault, 2008, p. 10) das culturas antigas, mas o que muda na sociedade da governamentalidade moderna é a expansão e complexificação desses códigos. Leis antigas eram simples, enquanto as leis contemporâneas, como as que envolvem crimes cometidos por menores, se desdobram em uma infinidade de códigos que abrangem desde o estatuto penal das crianças até medidas de segurança e vigilância pós-instituição. O código jurídico-legal se inflaciona, exigindo avaliações detalhadas sobre o grau de infração e seu impacto na criança e na sociedade. Afirma Foucault que o “estatuto penal das crianças, às responsabilidades por razões mentais, todo o conjunto legislativo que diz respeito ao que é chamado, justamente, de medidas de segurança, a vigilância dos indivíduos depois de sua instituição” (Foucault, 2008, p. 10).

A governamentalidade moderna envolve, portanto, uma “economia entre o custo da repressão e o custo da delinquência” (Foucault, 2008, p. 11), tornando-se uma questão fundamental nas sociedades contemporâneas. Esses mecanismos de segurança, baseados

em dados, estatísticas e análises, também influenciam a forma como as penalidades são aplicadas nos sistemas jurídicos atuais. *“El Estado toma bajo su cargo el fortalecimiento de los vínculos sociales mediante políticas como el pleno empleo, la vivienda y seguridad social, la educación gratuita, el cuidado de la familia, los beneficios a sindicatos y cooperativas, etc”* (Castro-Gómez, 2010, p. 175).

Para esclarecer esse ponto, Michel Foucault revisita o conceito de governo e sua manifestação nos séculos XVI e XVII. Nesse período, o termo “governar” ainda não abarcava um sentido político estrito, mas abrangia uma gama de significados que iam desde um sentido “puramente material, físico, parcial de dirigir, de fazer frente, ou até o sentido de a própria pessoa ir em frente no caminho, numa estrada. 'Governar' é seguir um caminho ou fazer seguir um caminho” (Foucault, 2008, p. 162). Além disso, havia uma dimensão moral associada ao termo, na qual “governar” implicava conduzir alguém, seja no âmbito espiritual, governando almas, ou no contexto da imposição de um regime a um doente, em que o médico governa o paciente ou o próprio paciente se auto controla mediante cuidados (Foucault, 2008).

Essa noção abrangente de governar também envolvia a modalização das relações entre indivíduos, representando uma forma de direção ou controle sobre alguém. Nesse contexto, o ato de governar estava ligado às relações discursivas, incluindo a comunicação verbal, através da qual alguém podia ser governado, aconselhado ou influenciado. O termo “governar” era, assim, associado a ocupar-se do outro e envolver-se em conversas ou interações com esse alguém. Entre vários sentidos, referências e deslocamentos que o termo sofre durante esse período que vai do século XIII ao século XVI, Foucault destaca que, governar remete “ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir” (Foucault, 2008, p. 164).

No entanto, a concepção e os significados do termo “governar” passaram por uma mudança significativa a partir do século XVI, em resposta às transformações socioeconômicas e estruturais da emergente sociedade capitalista mercantil. Nesse novo contexto, “governar” não se referia mais apenas ao governo de territórios, mas, crucialmente, passou a englobar a gestão de populações. Como Foucault observa: “Quem é governado são sempre pessoas, homens, são indivíduos ou coletividades [...]. Não é, portanto, a cidade como estrutura política, mas as pessoas, indivíduos ou coletividades. Os homens é que são governados”

(Foucault, 2008, p. 164). Portanto, a governabilidade passou a ser caracterizada por uma estrutura de governo que, juntamente com a arte de governar, configurou uma nova forma de governança, denominada governamentalidade.

Essa forma de governar se desenvolve principalmente através de dispositivos de poder. De acordo com Agamben (2009, p. 28), o dispositivo é considerado “essencialmente estratégico” e envolve a manipulação das relações de poder, sendo uma intervenção racional e combinada nessas relações. É definido como um conjunto de estratégias que condicionam determinados tipos de conhecimento e, por sua vez, são condicionados por esses conhecimentos.

O dispositivo é caracterizado como um conjunto heterogêneo de elementos, abrangendo tanto aspectos linguísticos quanto não linguísticos. Esses elementos englobam discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas e outros elementos. O dispositivo pode ser entendido como uma rede complexa que se estabelece por meio desses componentes. É importante destacar que o dispositivo está sempre inserido em uma relação de poder e é resultado do cruzamento entre relações de poder e conhecimento³.

A origem do termo “dispositivo” está relacionada a um dilema cristão sobre a natureza de Deus, que é único e trino simultaneamente. Deus é uno em sua substância, mas trino em relação à *oikonomia*, que, no grego, significa a administração da casa, geralmente compreendida como gestão ou gerenciamento. O uso do termo *oikonomia* pelos teólogos foi uma solução para o problema da trindade divina. Nesse contexto, Deus confiou ao Filho a economia, a administração e o governo da casa divina, evitando, ao mesmo tempo, o risco de concepções politeístas. Portanto, a *oikonomia* se tornou o dispositivo por meio do qual o dogma trinitário e a ideia de um governo divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã. Notavelmente, o termo *oikonomia* foi traduzido pelos Padres da Igreja de Altino como “dispositivo” e herdou toda a carga semântica da *oikonomia* teológica (Agamben, 2009, p. 37–38).

³ Agamben argumenta que Foucault derivou o conceito de dispositivo de *positivité*, da noção de positividade de Hegel, tendo recebido influência desse conceito por meio de seu amigo e mentor, Hyppolite. Nesse sentido, o dispositivo assume o lugar de conceitos universais (*le universaux*), como Estado, Soberania e Poder, apesar de Foucault ter evitado utilizar esses termos gerais em sua obra.

Agamben enfatiza que o termo “dispositivo” denota aquilo em que, é por meio do qual, uma pura atividade de governo é realizada, sem a necessidade de um fundamento no ser. Portanto, os dispositivos sempre implicam um processo de subjetivação, ou seja, “devem produzir o seu sujeito” (Agamben, 2009, p. 38).

A linguagem desempenha um papel crucial como um dispositivo de formação. Essa abordagem possibilita a conexão entre as ideias de biopoder e biopolítica com a noção de linguagem como dispositivo. Além disso, permite uma discussão sobre como as redes sociais se tornam dispositivos linguísticos do biopoder. Isso, por sua vez, abre caminho para a análise da formação humana a partir de dois dispositivos de biopoder. Um aspecto importante a ser considerado é como os argumentos, incluindo sofismas, são refutados tanto pelo pensamento humano quanto por meio dos jogos de linguagem e da ética do discurso. Além disso, a linguagem pode ser vista como um dispositivo de cuidado de si e de exercício espiritual.

É fundamental compreender não apenas a ideia de mecanismo de segurança, mas também o conceito de meio para uma apreensão completa do que Michel Foucault entende por governamentalidade. A configuração desse meio, a riqueza de seus elementos e problemas, desempenham um papel crucial na caracterização da governabilidade de um poder de governamentalidade. Esse meio pode ser concebido como o campo, espaço ou condição por meio dos quais os mecanismos de segurança operam. Ele constitui o território por onde o poder se difunde. Nas palavras de Foucault (2008, p. 27), é necessário explicar a ação à distância de um corpo sobre outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação. É, portanto, o problema de circulação e causalidade que está em questão nessa noção de meio”

Ao analisar os processos de urbanização e o desenvolvimento dos dispositivos de segurança, Foucault argumenta que esses dispositivos

[...] trabalham, criam, organizam, planejam um meio antes mesmo da noção ter sido formada e isolada. O meio vai ser, portanto, aquilo em que se faz a circulação. O meio é um conjunto de dados naturais, rios, pântanos, morros, é um conjunto de dados artificiais, aglomeração de indivíduos, aglomerações de casa, etc. O meio é certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem (Foucault, 2008, p. 28).

O que se evidencia, e parece ser a ênfase de Foucault, é que a percepção da categoria do meio e como ele afeta as pessoas é o que determina ou regula a “existência física e moral

dos seus súditos” (Foucault, 2008, p. 30). Gerenciar esse meio e seus efeitos sobre os indivíduos é, portanto, uma forma de governar uma sociedade. Em suma, o poder se exerce atuando sobre o meio, e é aqui que os mecanismos de segurança se tornam vitais, pois surgem como uma técnica política voltada para esse espaço.

Uma das razões para essa mudança de perspectiva em relação ao meio, que deixa de ser visto como o governo de um território e passa a ser entendido como o espaço onde os mecanismos de segurança operam, está relacionada ao rápido processo de urbanização na modernidade e aos desafios decorrentes desse fenômeno, como a escassez de alimentos e o aglomerado de pessoas, entre outros fatores correlatos. Esse movimento intensifica o temor de revoltas urbanas prejudiciais, que representam um “flagelo tanto do lado da população quanto do lado do governo” (Foucault, 2008, p. 41).

Para evitar tais revoltas e infortúnios, as técnicas de governo começam a se concentrar na prevenção por meio de mecanismos de segurança, principalmente baseados em cálculos estatísticos. É nesse contexto que a estatística emerge como uma disciplina fundamental. No âmbito jurídico e disciplinar, Foucault aponta a implementação de ações como “limitação de preços, especialmente restrições ao direito de estocagem (proibição de estocar, com a necessidade de venda imediata), e restrições à exportação (proibição de enviar cereais para o exterior)” (Foucault, 2008, p. 43). Isso resulta, por sua vez, na limitação das extensões de plantação de cereais, como uma estratégia para evitar uma maior demanda e uma conseqüente queda nos preços. Há um controle rigoroso sobre o que será produzido, com limitações e regulamentações da oferta.

Neste contexto, a categoria “população” surge pela primeira vez como um fim e objeto das técnicas e procedimentos de governo, como enfatiza Foucault (2008). Embora esse termo não seja novo, sua aplicação em textos antigos era menos refinada. Segundo o autor, a concepção inicial de “população” estava associada ao processo de repovoamento de um território após grandes desastres ou momentos dramáticos em que a mortalidade atingia níveis espetaculares. Em outras palavras, a preocupação com a população, não era considerada em sua generalidade, mas sim em relação a uma mortalidade dramática, por exemplo, que exigia o repovoamento do território (Foucault, 2008).

Foucault localiza uma mudança significativa em relação à população no período mercantilista, quando ela passa a ocupar o centro das atenções como “princípio mesmo de

uma dinâmica - da dinâmica do poder do Estado e do soberano” (Foucault, 2008, p. 90). A população torna-se crucial para as ações governamentais, pois é nela que reside a força produtiva da agricultura e da manufatura, responsável por gerar riquezas e manter a nação. A abundância de mão de obra assegura a prosperidade do Estado, com preços baixos, concorrência interna e salários reduzidos. A população se torna a base do poder e da riqueza da nação.

Para preservar a população e, por meio dela, a força do Estado, Foucault explica que um aparato regulamentar é implementado. Esse aparato visa a impedir a emigração, atrair imigrantes, promover a natalidade, regular quais produções são úteis e exportáveis, estabelecer os objetos a serem produzidos, os métodos de produção e os salários. Além disso, “proibir o ócio e a vagabundagem” (Foucault, 2008, p. 90). Essa mudança não se refere mais ao poder soberano, mas sim ao governo ou governamentalidade. Foucault aponta uma inversão em relação ao poder soberano, enfatizando que o governo assume um papel privilegiado em relação às regras. O autor sugere que a política moderna está intimamente ligada à população e ao conjunto de mecanismos de segurança que a envolve (Foucault, 2008, p. 99).

Na análise de Veiga-Neto (2018) sobre a concepção de população e povo nos escritos de Foucault, surge a ideia de que o “povo” representa aqueles que, em um determinado contexto e sistema de governo, ocupam o lugar daqueles que não têm soberania (Veiga-Neto, 2018, p. 27).

3 Governamentalidade e educação

Diante do exposto, surge a questão sobre o papel do conceito de governamentalidade no contexto educacional. À primeira vista, pode parecer desafiador estender esse conceito para a área da educação. No entanto, é possível compreender o sistema educacional a partir da perspectiva da governamentalidade de Foucault. Isso implica em considerar o processo formativo como um mecanismo de gestão do ambiente e da população, por meio da modelagem do funcionamento institucional da educação. Nesse contexto, podemos enxergar os sistemas educacionais como formas de governo que operam nos ambientes e dispositivos da educação. Em outras palavras, a escola é um mecanismo de governamentalidade que utiliza o sistema educacional como instrumento para gerir a população. Podemos conceber a

instituição escolar em si como um dispositivo de governança, assim como o currículo, os professores, os materiais didáticos, as normas e o funcionamento de todo um sistema.

Quanto aos processos educacionais, a leitura de Veiga-Neto (2007) nos ajuda a compreender que a governamentalidade é um mecanismo que molda o sujeito. Esse processo está relacionado às instituições sociais, aos padrões sociais, às práticas familiares, às ritualizações e aos processos educacionais que formatam o sujeito, tornando-o obediente e adaptado aos contextos.

É importante destacar que a noção de governamentalidade em Foucault e seu surgimento estão intrinsecamente ligados às raízes da perspectiva neoliberal, que se relaciona à biopolítica. Resende (2018) enfatiza a existência de duas formas de controle sobre a vida dos sujeitos que se complementam ao longo da história. Uma delas está centrada no controle do corpo-máquina e nas relações individuais, por meio de procedimentos e técnicas que regulam o espaço e o tempo, organizando um campo de visibilidade em torno de técnicas que aumentam a docilidade e a utilidade do corpo. Isso está relacionado, “na organização de um campo de visibilidade em torno de técnicas, que aumentavam a docilidade e força útil, da tecnologia disciplinar, anátomo-política do corpo” (Resende, 2018, p. 78).

Castro-Gómez (2010, p. 128) destaca a importância da regulação dos ofícios e das profissões como parte do controle sobre a vida dos súditos em um contexto de Estado. Essa regulação envolve uma valorização dos “ofícios mecânicos” e uma reforma dos currículos nas universidades para incluir o ensino de “ciências úteis” como geografia, matemática e economia. Isso visava preparar uma elite de administradores e funcionários profissionais com conhecimentos específicos, em contraponto aos juristas e teólogos tradicionalmente valorizados. Esse processo ocorreu nas universidades alemãs durante o século XVIII.

Resende (2018) destaca que a escola é influenciada pela lógica econômica de mercado e pelo controle sobre a vida e os corpos dos sujeitos. Ela funciona como um dispositivo de biorregulação que produz subjetividades individuais e sociais inseridas no contexto do neoliberalismo, permeadas pelas práticas e mecanismos sociais.

Além disso, as políticas de livre mercado provocam a transformação das ações públicas em mercadorias, forçando-as a seguir as diretrizes empresariais. Nesse contexto, a educação se torna uma mercadoria nas mãos das entidades governamentais, sendo reduzida

a interesses técnico-econômicos. A base para as concepções neoliberais na educação está na governança, que busca uma nova e profunda redefinição do conceito de governar, a fim de se adequar às demandas da sociedade global. Esse novo paradigma de governança está relacionado ao “princípio da livre concorrência como o instrumento mais eficiente para melhorar o desempenho da ação pública” (Dardot; Laval, 2016, p. 272). As exigências da globalização envolvem não apenas o crescimento populacional e econômico, mas também a adaptação às tecnologias, a privatização e a exploração do capital.

Nesse sentido, a governança não se limita a ser “uma rede de relações múltiplas com atores não estatais” ou uma mera indicação do declínio do Estado-nação. Ela representa, de forma mais profunda, uma mudança no formato e no papel do Estado, que é visto atualmente como uma empresa prestadora de serviços à população.

Os caminhos estratégicos da governamentalidade do capitalismo neoliberal direcionam e moldam o sujeito empresarial. Nessa perspectiva, a escola é percebida como uma empresa, os estudantes como clientes e os funcionários como agentes reprodutores de normas e regulamentos (Biesta, 2013). A qualidade do ensino e o desenvolvimento das práticas pedagógicas são orientados em direção ao mercado de trabalho, muitas vezes deixando de lado a reflexão e o embasamento teórico.

Laval (2019) apresenta uma visão abrangente das transformações nos sistemas educacionais influenciadas pelo neoliberalismo educacional. Entre essas mudanças, estão a padronização das ideias de acordo com as necessidades do capitalismo contemporâneo e as demandas por competências e habilidades que atendam aos interesses do mercado em relação à formação e emancipação dos estudantes. As análises de Dardot e Laval (2019) sobre as relações neoliberais na educação podem ser relacionadas às teorias da governamentalidade.

As reflexões de Gadelha (2013) também são relevantes, uma vez que indicam a multiplicação das práticas governamentais na educação, que visam à lógica do mercado e à promoção do empreendedorismo pessoal. Assim, o sistema neoliberal define modos de vida, comportamentos e constrói ideologias que colocam os sujeitos em conflitos e competições desleais entre si e consigo mesmos.

Em síntese observamos que o ambiente educacional se converte em uma forma de governamentalidade neoliberal, que produz sujeitos que exploram a si mesmos por meio da

disseminação de uma perspectiva empresarial de vida, buscando maximizar resultados por meio dos mecanismos de controle e influência governamental.

4 Considerações finais

A análise dos argumentos apresentados revela a complexidade das relações entre governamentalidade, neoliberalismo e educação. Inicialmente, percebemos que as políticas de livre mercado exercem uma forte influência na transformação das ações, onde a educação não escapa desse processo. Ela se torna um bem a ser negociado e gerido conforme os princípios empresariais, o que muitas vezes resulta na redução de sua missão fundamental de promover o desenvolvimento intelectual e pessoal dos indivíduos.

Outro ponto importante a ser destacado é a mudança de paradigma na governança, que passa a enfatizar a livre concorrência como o principal mecanismo de melhoria na ação pública. Isso redefine o papel do Estado, que é visto como uma empresa prestadora de serviços à população. Nesse contexto, a escola é tratada como uma empresa, os estudantes como clientes e os funcionários como meros executores de regulamentos, muitas vezes negligenciando aspectos essenciais da educação, como a reflexão e o embasamento teórico.

As obras de Dardot e Laval, bem como as reflexões de Gadelha, enfatizam a pluralização das práticas governamentais na educação, todas direcionadas pela lógica do mercado e do empreendedorismo pessoal. Isso cria um cenário em que os sujeitos são moldados para explorar a si mesmos, competindo entre si e com eles mesmos para alcançar sucesso dentro de uma perspectiva empresarial de vida.

A governamentalidade neoliberal tem um impacto profundo na educação, transformando-a em um espaço onde as lógicas de mercado predominam, levando a uma mercantilização do conhecimento e à formação de sujeitos orientados pelo empreendedorismo pessoal. Isso levanta importantes questões sobre os objetivos e valores da educação, bem como sobre os impactos sociais e culturais dessas políticas educacionais.

Referências

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Tradução Vinícios Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

BIESTA, G. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. Tradução Rosaura Eichenburg. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CAMATI, O. Uma análise da razão de estado em Michel Foucault a partir do curso Segurança, território e população. **Intuitio**, v. 8, n. 1, p. 171, 31 jul. 2015.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO-GÓMEZ, S. **História de la gubernamentalidad: razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2010.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boi Tempo, 2016.

FERNANDES, D. G. A juventude estudantil moderna na confluência da contemporaneidade (Modern student youth in the confluence of contemporaneity). **Revista Eletrônica de Educação**, v. 12, n. 3, p. 776–791, 1 set. 2018.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população. Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Tradução Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022. 480 p.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

GORDON, C. Governamentalidade e a genealogia da política. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 4, p. 1049–1065, 2013.

JAEGER, W. **Paidéia: a formação do homem grego**. Tradução Artur M. Parreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Tradução Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

KROETZ, K.; FERRANO, J. L. S. A governamentalidade como ferramenta analítica em Michel Foucault. **Conjectura filosofia e educação**, v. 24, n. 2019, p. 76–91, 17 jun. 2019.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução Maria Echalar. São Paulo: Boi Tempo, 2019.

LOCKMANN, K. Governamentalidade neoliberal fascista e o direito à escolarização. **Praxis Educativa**, v. 15, n. July 2020, p. 1–18, 2020.

NOGUERA-RAMIREZ, C. E. **Pedagogia e governamentalidade ou Da modernidade como uma sociedade educativa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

RESENDE, H. de. **Michel Foucault: A arte neoliberal de governar e a educação**. São Paulo: Intermeios, 2018. 266 p.

RICKEN, N.; LIESNER, A. **Die Macht der Bildung: Gouvernementalitätstheoretische Perspektiven in der Erziehungswissenschaft**. [s.l.] Universität Bremen, 2008.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 160 p.

Recebido em: 17/09/2023.
Aprovado em: 30/10/2023.
Publicado em: 06/12/2023